

A PAISAGEM ENQUANTO INSTRUMENTO TURÍSTICO DE INTERPRETAÇÃO: EM BUSCA DE MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA PARA A POPULAÇÃO NO ENTORNO DA APA DE ALTO RIO DOCE, MINAS GERAIS, BRASIL

Marcina Amália Nunes Moreira
UFMG- Universidade Federal de Minas Gerais
e-mail: marcinanunes@ufmg.br, marcinanunes@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Em virtude do constante desenvolvimento das atividades turísticas em todo o mundo, já não é possível conceber projetos sem um planejamento baseado nas premissas de sustentabilidade do meio natural, sociocultural e econômico. Entretanto, nota-se, atualmente, a crescente procura por lugares que ofereçam às pessoas sensações de bem-estar físico e espiritual, o que leva milhares de turistas a vivenciar novas emoções, movimentando a atividade turística no mundo e determinando “novos olhares” tanto às populações locais quanto aos forasteiros.

O relevo e os elementos biológicos que estão sobre a superfície da crosta terrestre, dentro de um dado processo social, contribuem para especificar a configuração territorial concreta dos fenômenos sociais, mas isso não significa que de alguma maneira produzam a configuração. São os processos sociais, o grau e modalidade do desenvolvimento das forças produtivas, o sistema político, a correlação das forças sociais e as teias de interesse mercantis que dão sentido e alcance a um determinado território.

O recorte espacial escolhido para investigação - a APA de Alto Rio Doce - encontra-se situado a sudeste do estado de Minas Gerais, Brasil, na zona da mata de Viçosa, e está incluído no traçado da Estrada Real, compondo o Circuito Turístico Nascentes do Rio Doce. Entretanto, mesmo inserido nos projetos dos circuitos turísticos do Estado, verifica-se uma enorme deficiência em critérios e produção técnico-acadêmica que possam contribuir a uma melhor gestão do turismo no município.

Este trabalho tem o propósito de analisar, através da interpretação da paisagem local, o estabelecimento de relações afetivas do turista com a paisagem no entorno da APA, levando-o a interpretar cada signo, identificando os períodos históricos, o tipo de vegetação, a influência das cores, do clima, dentre outros aspectos.

Assim, espera-se que a caracterização da Área de Proteção Ambiental de Alto Rio Doce, a partir da categoria de análise espacial "paisagem" contribua a uma nova maneira de orientação e percepção da cultura local pela atividade turística local, interpretando sua riqueza paisagística, fruto de uma longa construção histórica pela interação entre homem e natureza.

PAISAGENS DO TURISMO: BASES CONCEITUAIS PARA A INTERPRETAÇÃO

Historicamente, a investigação do conceito de paisagem passa pela representação do espaço, ou seja, o estudo da paisagem enquanto expressão da arte. Na Grécia Antiga, a arte era sinônimo da representação da forma e do conteúdo, além de significar a mediação da relação homem/meio e, assim, a paisagem também era considerada uma arte. A corrente renascentista europeia trouxe condições mais objetivas e concretas para o tratamento do conceito de paisagem, sendo traduzidas apenas relações entre homem/espaço produzido ou observado. Durante os séculos XVIII e XIX, seu conceito começou a ser trabalhado de forma mais concreta. Segundo Luchiari (2001):

“Em cada época, o imaginário coletivo define a concepção social de natureza e a traduz transformando-as em artefatos materiais e simbólicos, ou seja, em cultura. Sua tradução mais completa foi registrada na história pela elaboração do conceito de paisagem, que longe de ser apenas um modelo abstrato de compreensão do meio, é também a materialidade pelo meio da qual a racionalidade humana organiza os homens e a natureza em territórios. Ao ser objeto dessa lógica, a paisagem é portadora de sentido. Assim, veremos que o domínio ideológico que estrutura o espaço total está representado também na organização social das paisagens”.

Entende-se, assim, que o processo de investigação do conceito de paisagem foi influenciado por transformações profundas no imaginário social de cada período. Alexandre Von Humboldt (1769-1859), cientista naturalista e um dos fundadores da geografia científica, aprofundou o sentido do termo paisagem a partir da observação da natureza e das sensações que tinha através disso. Não foi objetivo do naturalista sistematizar um novo conceito de paisagem mas sua contribuição no entendimento do mesmo enquanto importante contemplação pelos homens foi inquestionável. Dessa maneira, considera-se que Humboldt foi um dos primeiros a dar à paisagem um aspecto ontológico. Foi somente nas últimas décadas do século XIX, que a paisagem ganhou significado científico com o surgimento da escola de geografia alemã, que passou a estudá-la enquanto estatuto científico e objetivo.

Desta forma, o geógrafo Carl O. Sauer observou, no início do século XX, que o estudo da paisagem iniciado pelos alemães não poderia focalizar apenas o meio físico e excluir o homem que também fazia parte deste contexto e trouxe o entendimento da essência do espaço a partir do homem.

Sauer dividiu, assim, o espaço em áreas naturais e culturais. As áreas naturais seriam aquelas em que o homem nunca teria agido sobre as mesmas, ou seja, não houve interferência humana. As áreas culturais seriam as naturais que sofreram interferências da ação humana, basicamente. Para este autor, paisagem representaria uma unidade dentro do diverso, uma categoria-síntese de análise do espaço, resultado da ação humana em uma área, através de intervenções ou por outras formas de cultura.

“Durante a segunda metade do século passado, o trabalho realizado foi essencialmente físico ou geomorfológico, não porque a maior parte dos geógrafos pensasse que o estudo da gênese das formas físicas do relevo esgotava o campo, mas porque se considerava necessário desenvolver primeiro uma disciplina, à qual se incorporasse depois a diferenciação física da superfície terrestre”. (Sauer, 2003)

Percebeu-se, assim, que o estudo da paisagem em geografia seria possível a partir da intervenção humana na natureza. Sauer fundou a primeira geografia cultural, uma corologia de elementos físicos e culturais da paisagem levando em consideração o estudo dos fenômenos da superfície dividida em áreas de acordo com a ação humana e intervenções culturais cujas relações são associadas e interdependentes.

Diversos trabalhos, atualmente, abordam o eixo temático “paisagem”, retratados sob pesquisa na área da geografia física. Com isto, existe uma dificuldade de discussão e entendimento do termo paisagem, enquanto objeto de reflexão em relação ao ambiente cotidiano, referindo-se à mesma como objeto humano, com várias possibilidades de análise.

Neste sentido, pode-se dizer que a paisagem possui, pelo menos, duas faces. A face material representa algo que, obrigatoriamente, deve ter um arcabouço natural, sendo o suporte do arranjo sócio-cultural. A topografia, por exemplo, representa um arcabouço natural que se impõe enquanto signo de uma paisagem específica. A segunda face do estudo da paisagem é essencialmente imaterial, representando uma expressão cultural compilada, em múltiplas visões.

Diferentes abordagens sobre paisagem apontam para a compreensão de que ela se constitui como a porção visível do espaço geográfico, sendo então a primeira instância do contato do turista com o lugar a ser visitado e está no centro do eixo de atratividades deste lugar, sejam elas sociais, ambientais, culturais, políticas, etc. Ela constitui-se, assim, como um dos elementos mais importantes da atratividade nos locais turísticos, pois um não se desvincula do outro, sendo diretamente relacionados entre si.

Conforme Yázigí (2002):

“A paisagem, indissociável da idéia de espaço, é constantemente refeita de acordo com os padrões locais de produção da sociedade, da cultura, com os fatores geográficos e tem importante papel no direcionamento turístico. O turismo depende da visão”.

Quando falamos em paisagem relacionada ao turismo, não nos referimos única e exclusivamente às paisagens naturais. As diversas vertentes da atividade turística se dão devido às preferências das pessoas por paisagens diversificadas, relacionadas às suas motivações de viagem. As paisagens turísticas existem a partir da existência de sociedades que, ao longo do arcabouço natural, constroem e reconstróem outras paisagens, aquelas denominadas culturais, políticas, sociais, econômicas, etc.

Desta maneira, os caminhos rurais e as trilhas ecológicas presentes no meio potencialmente turístico da APA de Alto Rio Doce, revelam o deslocamento enquanto eixo de descoberta do diferente, do imaginário. A associação da perspectiva de viagem

do turista à leitura da paisagem valoriza o deslocamento, elevando-o a um importante elemento da experiência da viagem.

Assim, segundo Cruz (2002), “O turismo como atividade humana, é a única que aproveita o espaço tanto por seu valor paisagístico como pelas condições ambientais que prevalecem (clima, hidrografia, vegetação, etc)”.

Para Santos (2002), “A ciência moderna construiu-se contra o senso comum, que considerou superficial, ilusório e falso. A ciência pós-moderna procura reabilitar o senso comum por reconhecer nesta forma de conhecimento algumas virtualidades que enriquecem nossa relação com o mundo”.

O turismo enquanto senso comum é exímio em captar a profundidade horizontal das relações conscientes entre pessoas e entre pessoas e coisas, fazendo coincidir transparências e evidências. Enquanto prática social é, simultaneamente, ócio e trabalho, produto do modo de viver contemporâneo, cujos serviços criam formas confortáveis e prazerosas de viver, restritas a poucos. Repercute e se manifesta em diferentes âmbitos: fenômenos relacionados com o meio, com a cultura das comunidades humanas, com usos e costumes, com fenômenos econômicos, antropológicos, sociológicos, etc. Todos estes fenômenos se derivam da essência do que é comum entre eles: o tempo livre.

Nas palavras de Soja (1993) “o espaço socialmente produzido é uma estrutura criada, comparável a outras construções sociais resultantes da transformação de determinadas condições inerentes ao estar vivo, exatamente da mesma maneira que a história humana representa uma transformação social no tempo”.

Portanto, o espaço turístico abordado aqui é, antes de tudo, geográfico, e a atividade turística fundamenta-se espacialmente e temporalmente “[...] através da existência de três elementos fundamentais: áreas emissoras, vias ou corredores de acesso e área receptora”, nas palavras de Cruz (1997).

Quando Santos (1996) afirma que: “[...] o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções” evidencia-se que o espaço do turismo não deve ser caracterizado somente em função da presença de uma atividade no tempo presente, pois, de certa forma, as relações no passado também a definem, assim como definem os aspectos paisagísticos, dinâmicos por sua natureza. Deve-se sempre ter em mente que o espaço não se resulta da soma das partes e que sua estrutura não é preestabelecida como sugerem alguns estruturalistas. A totalidade que se supõe um movimento comum da estrutura, da função e da forma é dialética e concreta, não sendo diferente em relação ao espaço produzido e consumido pela atividade turística.

Entende-se o estudo da paisagem focalizado na atividade turística enquanto resultado da interação do homem com o meio ambiente, no espaço geográfico. A leitura da realidade sócio-espacial através da paisagem exige uma abordagem integrada, no sentido de superar a dicotomia da sua natureza, ao mesmo tempo concreta/material/objetiva e cognitiva/imaterial/subjetiva. Em consequência, é importante transcender a observação e descrição superficial e buscar o entendimento da essência naquilo que se vê ou se sente, através de nossos sentidos.

Assim, ver e interpretar com consciência o que se vê é fundamental para o desenvolvimento de um turismo mais sustentável e educativo no entorno da APA de Alto Rio Doce, pois o turismo, fundamentalmente, promove o encontro entre os

diferentes e a paisagem possibilita a mediação entre os olhares visitantes e visitados. Portanto, a interpretação e compreensão da paisagem, enquanto categoria de análise do espaço turístico permite que estes encontros sejam carregados de valores e significados, através da leitura de diferentes cores, formas, texturas, linhas, dentre outros.

Bertrand (1971) propõe que "[...] a paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É, numa determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente, uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução". Caracteriza-se, desta forma, o conceito de paisagem trabalhado, que inclui aspectos físicos e humanos num contexto de estudos do Turismo, desvinculando-se a idéia de imagem, que remete somente à forma do local, excluindo-se as percepções e vivências do turista. Assim, para cada observador/turista a paisagem tem um sentido, seja de contemplação, utilitarista, estética e até mesmo indiferente. O objetivo é fazer com que o turista crie uma relação afetiva com a paisagem no entorno da APA, o levando a interpretar cada signo, identificando os períodos históricos, o tipo de vegetação, a influência das cores, da textura, das formas, dentre outros aspectos.

É relevante, assim, que esta APA seja reconhecida e interpretada socialmente conforme seus critérios paisagísticos, atribuindo-lhe valor enquanto "produto" de viabilização de um Plano Municipal de Turismo com ideais sustentáveis. Para a elaboração deste trabalho, utiliza-se do estabelecimento de UP's (Unidades de Paisagem), nos limites da APA, referenciadas conforme os critérios de paisagem natural e cultural, numa análise indissociável, ou seja, não se tratando de que a paisagem seja a única forma de atração, mas enquanto um elemento condicionante de novas percepções na relação homem-natureza.

O espaço turístico, enquanto palco de relações sociais, também fica suscetível às mudanças da experiência histórica e da própria dinâmica da paisagem que se impõem como continuidades que fluem e invadem a percepção da existência de valores culturais, a inferir nos comportamentos e nas ações dos sujeitos, construindo a busca de novas experiências. Os processos sociais demarcam, assim, formas, funções e significados sociais no espaço e o turismo é um desses processos. A paisagem, assim, sugere o reflexo da sociedade que a (re) produz sob a relação sociedade, espaço e natureza, sendo a presença humana e a incorporação de subjetividades, condições essenciais de sua existência.

A viabilização da atividade turística enquanto prática social, considerada sua dimensão histórica e cultural a partir da interpretação da paisagem, possibilita uma adequada orientação das atividades humanas na APA, em questão, promovendo a melhoria da qualidade de vida e a justiça social da população residente no entorno. Daí, a importância de se tratar a paisagem enquanto instrumento de adequação das práticas turísticas e no desenvolvimento de planos de interesse social no interior de Minas Gerais.

Desta forma, a visão de espaço e o conceito de paisagem estão diretamente relacionados ao desenvolvimento da atividade turística, pois o turismo apropria-se do espaço, consumindo o mesmo e estabelecendo relações de consumo, seja de cultura, mercadoria, conhecimentos, tradições, entre visitante e visitado.

INTERPRETANDO OS “SERTÕES DO LESTE” DE MINAS GERAIS

O território conhecido como Sertão do Rio Doce, localizava-se entre as áreas povoadas durante o período da mineração setecentista em Minas Gerais e a faixa litorânea de Ilhéus ao Rio de Janeiro, tendo como característica marcante a presença da Floresta Pluvial Tropical e da Mata Atlântica. Dependendo da frequência das chuvas, ocorriam variações no tipo de vegetação, que ia da mata perenifólia à caducifólia. A maior parte do solo ficava úmida ou extremamente úmida, possibilitando a perpetuação da cobertura florestal. Mais do que os solos, o clima e a idade da floresta eram fatores determinantes da sua existência, expansão e conservação.

A denominação “Sertão do Rio Doce”, em sentido amplo, englobou cinco bacias hidrográficas: as dos rios Doce, Mucuri e São Mateus e parte das bacias dos rios Paraíba e Jequitinhonha. Em Minas Gerais, corresponde à área abrangida por quatro mesorregiões: do Rio Doce, da Zona da Mata, do Mucuri e do Jequitinhonha. Na primeira, inclui as microrregiões de Ipatinga, Guanhães, Peçanha, Caratinga, Governador Valadares, Aimorés e Mantena; na mesorregião da Zona da Mata, as microrregiões de Ponte Nova, Manhuaçu, Muriaé, Ubá, Cataguases e Viçosa; na mesorregião do vale do Mucuri, as microrregiões de Teófilo Otoni e Nanuque e, na última, compreende as microrregiões de Almenara, Araçuaí, Capelinha e Pedra Azul. Entretanto, à medida que a ocupação foi avançando, na primeira metade do século XIX, ocorreram diferenciações no processo histórico, no âmbito das diversas mesorregiões, que restringiram a denominação à do rio Doce (fig. 1).

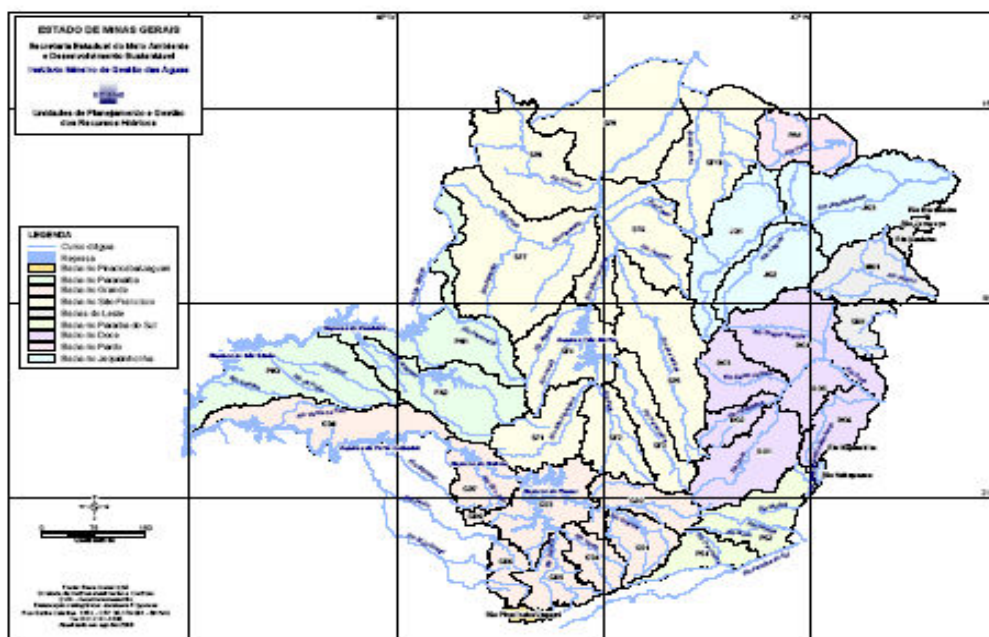


FIGURA 01. Localização da bacia do rio Doce no estado de Minas Gerais.

Fonte: IGAM, 2008.

O município de Alto Rio Doce, objeto de estudo deste trabalho, está localizado no estado de Minas Gerais, mais especificamente na Zona da Mata de Viçosa, microrregião 192, com latitude 21°01'30,4" sul e longitude 44°24'43,6" oeste, aproximadamente, segundo dados levantados no IBGE (fig.2). Está localizado a 224 km da capital do estado, Belo Horizonte, pela BR-040, a 325 km do Rio de Janeiro e a 600 km de São Paulo.

A altitude da sede é de 832 metros do nível do mar, tendo a igreja Matriz como referência. O município ocupa uma área atual de 517,2 km² de acordo com o IBGE, consistindo numa região que apresenta um enorme potencial turístico a ser explorado devido à sua diversidade histórico-cultural, paisagística e ecológica retratadas em abundância em seus distritos rurais. Os povoados que compõem o município são rurais e denominados Abreus, Vitorinos, Missionários e Arco Verde. Os mesmos formam quatro unidades de paisagem que vêm a se tornar elementos cruciais na construção de um Plano Municipal de Turismo, baseado na interpretação dos elementos físicos e culturais da paisagem (fig.2).

A topografia é bastante acidentada pelos altos confrontantes da Mantiqueira, formada por morros e colinas e, hipsometricamente (ou seja, correlacionando as áreas com as altitudes) reflete um planalto com vale encaixado (Barros, 1987).

Predomina o relevo acidentado, caracterizado pelos “mares de morro”, entremeados por estreitas planícies aluviais. Alguns terraços, porém, no todo, compõem uma paisagem dominada por vertentes que terminam nas calhas dos cursos d'água. A paisagem morfológica presente, portanto, é resultante do prolongamento das serras que contornam a região e a enquadram, especialmente a Serra da Mantiqueira.

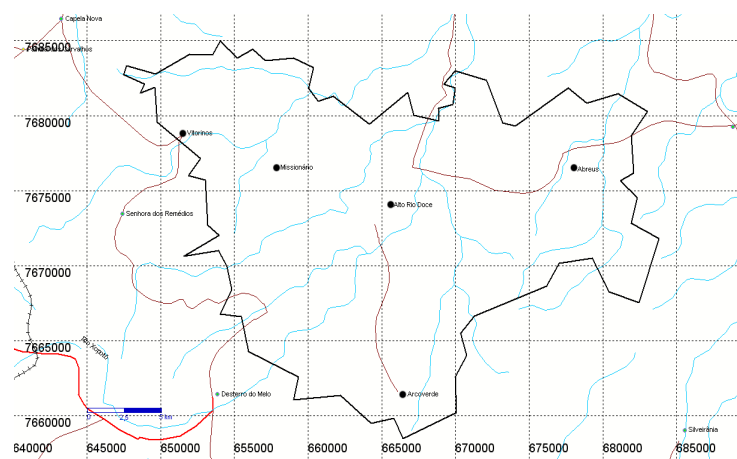


FIGURA 02. Localização de Alto Rio Doce com seus distritos rurais no estado de MG.

Fora da calha referente à formação de um dos principais afluentes do rio Doce no entorno do Distrito Sede estudado, denominado rio Xopotó, o relevo exibe confusas formas, ora com alinhamentos ora sem qualquer orientação. Apresentam-se, assim, algumas formações de pontões, áreas de relevos acidentados e vales profundos, com

diversos ribeirões caindo em sucessão de cachoeiras de menor porte, formando pântanos e zonas lacustres próximo às planícies aluviais.

Levando-se em consideração a rede hidrográfica local, é notória e relevante a presença da bacia do rio Piranga, denominação atribuída ao rio Doce antes de receber o rio do Carmo, nascente em um dos contrafortes da serra da Trapizonga, localmente como é conhecida a Mantiqueira, a uma altitude de 1250 m. Além do ribeirão de Santo Antônio e do córrego das areias, o rio Xopotó, também afluente do rio Piranga, possui características que o tornam o principal rio do município, com uma extensão de 2.128 km². As cachoeiras de menor porte, presentes ao longo da bacia do Rio Xopotó possuem grande interesse ecoturístico para alguns visitantes sazonais. Porém esta atividade não é regulamentada, o que dificulta as condições de segurança e conscientização da mesma em relação à flora e fauna, principalmente (fig.3).



Figura 03: Unidades de paisagem natural N1 e N2- Rio Xopotó e Cachoeira da Usina.

Fonte: A autora, 2007

A geomorfologia local é caracterizada por planaltos dissecados e ondulações montanhosas e, geologicamente, há a predominância de granito-gnáissicas, quartizitos e metassedimentos (Espinhaço e Quadrilátero Ferrífero). Desta forma, há existência de rochas sedimentares, caracterizando um solo argiloso e arenoso. Assim, o acesso através de rodovias não pavimentadas é dificultoso em períodos chuvosos, tornando-se um agravante ao desenvolvimento das atividades econômicas no município, inclusive ao planejamento turístico local. Em detalhe, a figura 3 revela a retirada de cascalho em alguns trechos à beira de pequenos “caminhos rurais” para uso como pavimento das estradas principais que ligam os distritos à sede do município.

O acesso principal ao município é feito através de rodovia estadual não completamente pavimentada e, aos quatro distritos denominados: Arco Verde, Missionários, Vitorinos e Abreus (fig.2), o acesso é precário (fig.4), feito por estreitas estradas. Por vários anos consecutivos, as comunidades da zona rural do município passam por precariedades devido à inexistência de acesso à alimentação, educação e saúde, dentre outros, em períodos chuvosos. Nesta situação, abarca-se a atividade turística e as participações deste município nos programas de incentivo ao turismo do

estado de MG, enquanto fonte propulsora de melhores condições de vida da população, visando um acesso melhorado às crianças das comunidades rurais, diariamente, à educação, saúde principalmente aos idosos ribeirinhos, emprego aos jovens, dentre outras melhorias.



FIGURA 04: Unidades de paisagem cultural C1 e C2: Acesso a Missionários e Pinguela rural
Fonte: A autora, 2008.

Esta região foi coberta pela Mata Atlântica, caracterizada pelo domínio da Floresta Pluvial Tropical, com alguma variação, dependendo da frequência das chuvas.

No interior e fora das calhas dos rios, predominavam as formações semidecíduas, chegando até às matas caducifólias (ou decíduas). Entretanto a formação perenifolia dominava largamente. Mais de 50% de suas árvores são endêmicas (que só ocorrem neste local), o que a transforma na floresta de maior diversidade do globo, maior até que a diversidade na Amazônia. Tal fato se deve à variedade de ambientes produzida pelo relevo, ao regime de chuvas, aos tipos de solos existentes e à ciclagem de nutriente extremamente rápida.

Possuidora de complexa variedade biológica, com as mesmas espécies de árvores distribuindo-se com enorme dispersão. As árvores com troncos de diâmetro avantajado eram intercaladas por vegetação arbustiva, diversas espécies de samambaias, numerosas palmeiras, rica variedade de aráceas, bromeliáceas, orquidáceas, piperáceas, gesneriáceas e polipodiáceas. Assim, a maior parte dos solos ficava úmida ou extremamente úmida, propiciando a existência de numerosas marantáceas e musáceas (Barros, 1987). O clima da região é quente e chuvoso no verão e seco no inverno, porém recebe influência direta do relevo. A floresta desempenhava papel fundamental na retenção de umidade, principalmente porque as chuvas se concentram em períodos curtos. Essa concentração faz com que as enchentes ocorram periodicamente, entremeadas, portanto, por anos de estiagem.

Pode-se dizer que a floresta não oferecia dificuldades de locomoção no seu interior sendo que os maiores obstáculos, por exemplo a escassez de alimentação, o

infernais ataques de mosquitos e as inúmeras possibilidades de ferimentos e doenças, ofereciam risco nas viagens de desbravamento destes sertões. Essas dificuldades eram reais até para os índios acostumados ao meio ambiente e as crianças dificilmente resistiam a estas longas jornadas.

Atualmente, grande parte do município encontra-se degradado com a presença de sucessões secundárias, intercaladas por fragmentos de vegetação nativa. Em diversos pontos estratégicos de campo é possível vislumbrar árvores nativas, dentre elas a embaúba, o angico (fig.5) e até mesmo o cedro e o jequitibá.



Figura 5: Unidade de paisagem natural N3- Angico

Fonte: A autora, 2007.

O período de chuvas isolava a floresta, tornando-a proibitiva ao homem: as divisões recolhiam-se aos quartéis, os grupos indígenas afastavam-se das áreas ribeirinhas, interrompiam-se as obras de abertura ou reparo das estradas e de construção de pontes, inclusive as trocas de correspondência ficavam carentes.

Mais do que os solos, o clima e a idade da floresta eram determinantes de sua existência, expansão e conservação. Assim, a cobertura vegetal conservou-se de forma significativa em Alto Rio Doce e entorno até os anos 20 do séc. XX, concentrando-se nas três décadas seguintes a fase de devastação generalizada.

Os problemas ambientais resultantes da expansão econômica tornaram-se tema do debate político e objeto de investigação científica de diversos ramos do conhecimento, inclusive da história e geografia, sendo que o conceito de ambiente possui investimentos teóricos recentes.

As modificações ambientais impostas pelo modo de produção da sociedade contemporânea vêm obrigando a humanidade a repensar um manejo eficiente de determinadas áreas, visando a sobrevivência de espécies ameaçadas pela utilização intensa dos recursos naturais.

Na tentativa de mitigação deste processo, principalmente desde a Revolução Industrial, percebe-se a adoção, por diversos países, de áreas naturais para fins de preservação enquanto prática política. A entidade que sistematiza e avalia o

desempenho das categorias de manejo e auxilia os países a alcançarem índices de conservação de sua biodiversidade é a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (UICN).

A Área de Proteção Ambiental (APA) é a categoria de unidade de conservação que prevê o estabelecimento de normas e restrições para utilização das áreas privadas e reconhecidas de interesse público. Inicialmente, as APA's foram criadas pela Lei 6902/81, que dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental. Esta categoria, segundo Camargos (1999), “[...] foi a primeira proposta brasileira de unidade de conservação que considerou compatível manter a população residente e as atividades econômicas na área” (no caso investigado, exemplo fig.6).



Figura 6: Unidades de paisagem cultural C3 e C4- Canavial e Alambique

Fonte: A autora, 2007.

Segundo a Resolução CONAMA nº10 de 1988, as APA's são definidas como:

“Unidades de Conservação destinadas a proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais ali existentes, visando a melhoria da qualidade de vida da população local e também objetivando a proteção dos ecossistemas regionais”.

No caso de Alto Rio Doce, a APA foi criada pela Lei nº351 de Setembro de 2002 e suas zonas, para efeito do Zoneamento Ecológico-econômico, foram identificadas segundo as condições atuais de uso e ocupação do solo e de acordo com seus aspectos bióticos e abióticos.

Desta forma, o objetivo principal desta criação, em conformidade com as características locais de uso do solo, foi a regulamentação do desenvolvimento das atividades antrópicas na área delimitada pela APA, subdividas em atividades proibidas, limitadas ou incentivadas.

Sua área compreende 23.473,27 ha, sendo 3.916,87 ha restritos à Zona de Preservação da Vida Silvestre (fig.7), 4.800,00 ha, considerados Zona de Conservação da Vida Silvestre e, a maior parte, 14.756,40 ha reservados ao Uso Agropecuário (fig.6).

Todavia, a introdução de atividades econômicas e o povoamento produzem impactos diversos sobre o relevo e as espécies biológicas que habitam seu ecossistema. Resultam em desmatamento, expulsão da forma, exposição do solo aos efeitos abrasivos das intempéries, ou seja, um conjunto de derivações ambientais significativas. Essas ocorrem desde o momento em que seres humanos se introduzem numa determinada área, porém a quantidade e a qualidade das mudanças subordinam-se à época e ao estágio de desenvolvimento das forças produtivas. A utilização planejada ou espontânea da natureza e sua dilapidação encontram grau máximo com a expansão da economia urbano-industrial na Zona da Mata mineira durante o século XX.

Assim, entende-se que a elaboração de um Plano Municipal de Turismo, além de estruturar a atividade no município, poderá ordenar os usos dentro dos limites da APA, inclusive facilitando o acesso às informações pelos residentes, no sentido de se cobrar por uma fiscalização ambiental e turística nesta área.



Figura 6: Unidade de paisagem natural N4- Casa do João-de-Barro, nos limites da APA.

Fonte: A autora, 2007.

Na visão de Boullón (2002) sobre este assunto:

“Na atualidade, essa intervenção é massiva, principalmente nas terras férteis e zonas de mata, que modificaram quase que totalmente seu aspecto original, como muitas áreas de bosques subtropicais que se transformaram em desertos de difícil recuperação, o que implica a destruição de um sistema natural que por si mesmo teria continuado existindo”.

Para isso, a mobilidade, as técnicas e os contatos entre sociedades têm primordial importância no processo de transformação das paisagens. Na Zona da Mata mineira este processo de grandes transformações paisagísticas iniciou-se, mesmo que de modo vagaroso, principalmente, a partir do séc. XVIII, através dos movimentos desbravadores das “áreas proibidas”.

Segundo Santos (1996), “a paisagem é história congelada, mas participa da história viva. São as suas formas que realizam, no espaço, as funções sociais.”

Entretanto com a idéia da ecologia em mente, indicando a paisagem como expressão fisionômica das relações do homem e seu meio, ou seja, é a representação do espaço humano, da totalidade. É tudo o que foi, é e será visível/compreensível tanto descontínua como continuamente.

Contudo, essa categoria de análise geográfica não é estática, sendo que as transformações ocorrem de tempos em tempos. Como se nota, o método ecológico é a principal ferramenta para se analisar a paisagem, sendo utilizado até mesmo para se pensar os fatos e funções sociais. A sua ecologia é entendida como relações recíprocas, em massa e complexas e não necessariamente se dão apenas nos termos biológicos (Santos, 2002).

ALGUMAS PERCEPÇÕES SOBRE AS PAISAGENS DA APA

As prioridades estabelecidas em torno da criação desta Área de Proteção Ambiental estão vinculadas aos objetivos do Zoneamento Ecológico, utilização de instrumentos legais para assegurar a proteção da vida silvestre, o uso racional dos recursos naturais através de planos de manejo sustentável, implantação de uma política de educação ambiental e criação do conselho Consultivo da APA de Alto Rio Doce, MG. Entretanto, desde 2002 (ano de criação da APA), nenhuma destas medidas foi praticada pelo Poder Público, conforme relato da Lei 351, exclusive o Zoneamento Ecológico através das restrições de uso e ocupação do solo.

O entendimento não somente da atividade turística em Alto Rio Doce, mas de tudo aquilo que a mesma nos revela, pode ser abrangido pelo entendimento daquilo que se “quer”, que se “sonha”. Muitas vezes, uma pessoa em situação de ócio é levada pelo seu imaginário, por exemplo, ao vislumbrar uma fotografia, a ter vontade de conhecer o local cuja imagem fora estabelecida. Entretanto, este momento de escolha remete um interesse personificado culturalmente, a ponto de que várias pessoas possam obter diferentes percepções de uma só imagem escolhida, sob diferentes “olhares”. E estes diferentes olhares entre “visitantes” e “visitados” se entrelaçam num enriquecedor câmbio educativo-cultural mediados pela interpretação daquela paisagem.

Maturana (1997) nos propõe a percepção das pessoas como “uma associação que o observador faz entre o objeto perturbador, caracterizado pela conduta do organismo que o configura”. Ou seja, consiste na configuração que o observador faz de objetos perceptivos, mediante a distinção do que se vê (um objeto, um horizonte, uma pessoa, etc). Por sua vez, o turismo utiliza deste processo enquanto razão manifestada pelo sonho de desbravar o desconhecido pela percepção esboçada por uma propaganda daquilo que se quer mostrar, convidar, proclamar.

A paisagem carrega a marca da cultura, da atividade produtiva dos homens e de seus “esforços” para habitar o mundo, adaptando-o às suas necessidades e anseios. Constitui-se, entretanto, em documento chave único para a compreensão das culturas em que, interpretar uma paisagem é falar dos homens que a modelaram e que as habitam hoje, bem como daqueles que a precederam. Tratando-se de paisagens turísticas, a

interpretação favorece as informações sobre as necessidades, desejos e sonhos de hoje e do passado, pensando em um futuro próximo tanto para visitantes quanto para visitados.

Muitas vezes, a paisagem “proclamada” numa foto-imagem, torna-se um instrumento de manipulação de “sonhos” e interesses particulares que distorcem e comprometem uma razão, muitas vezes passada, desprovido de cultura e conhecimento histórico pessoas que viajam em “tempo livre”. Aqui, a paisagem é entendida como sendo o “eu” que vejo a paisagem num encontro de olhares interiores (histórico-cultural) com o mundo “exterior”. É como “ir ao mundo” (exterior) para que se possa relatá-lo, da mesma forma que a cartografia o faz. Descreve.

Neste sentido, as representações turísticas assumem um caráter de Cartografia Cultural, sobretudo por incorporar aspectos da Geografia humanista-cultural, estabelecendo ligações com a percepção/cognição ambiental. A interpretação da paisagem através de representações por imagens, no caso das primeiras ambiências turísticas, é enunciada como produtos de relações dialógicas entre EU e o OUTRO, o que proporciona uma análise mais ampla do indivíduo no contexto social e cultural em que está inserido.

Muito além da interpretação e do processo educativo-pedagógico que esta proposta de adequação do turismo proporciona nesta localidade, o estudo da Paisagem, através de seus signos e significados, é um elemento base para a melhoria das condições de vida da população de Alto Rio Doce. E, ainda, permite a sensibilização da sociedade, sob a forma organizada e articulada, no propósito de requerer junto ao poder público e privado a ordenação e estruturação da atividade turística como um meio potencial de promoção da qualidade de vida e justiça social do município.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994.

BERTRAND, G. *Paisagem e Geografia Física Global: um esboço metodológico*. Cadernos de Ciências da Terra. São Paulo: USP, 1971. (Trad. Paysage et géographie physique globale: esquisse méthodologique).

BOULLÓN, Roberto C. *Planejamento do espaço turístico*. Trad. Josely Vianna Batista. Bauru: EDUSC, 2002.

CAMARGOS, R. *Reservas Naturais no Brasil: a transição dos conceitos*. Dissertação de Mestrado. IGC/UFMG. Belo Horizonte, 1999.

CRUZ, Rita de Cássia. O Nordeste que o turismo (ta) não vê. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). *Turismo, modernidade, globalização*. São Paulo: Hucitec, 1997.

HUMBOLDT, Alexandre Von. *Essai d'une description physique du monde*. Paris, 1847. (Trad. Oswaldo Bueno Amorim Filho). Disponível em: <http://ivair.sites.uol.com.br/humboldt.htm> - Acessado em 25/11/2008

LUCHIARI, M. T. D. P. *A (re) significação da paisagem no período contemporâneo*. In: Roberto Lobato Corrêa; Zeny Rosendahl. (Org.). *Paisagem, Imaginário e Espaço*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

MATURANA, Humberto. *A Ontologia da Realidade*. Belo Horizonte, ed. UFMG, 1997.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas: Papirus, 2003.

SAINT-HILAIRE. *A viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. 6. ed. Porto: Afrontamento, 2002.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAUER, C. Geografia Cultural. In: CORRÊA, R.L. et al. (Org.) *Introdução a Geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

YÁZIGI, Eduardo. *A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano*. São Paulo: Contexto, 2001.

YÁZIGI, Eduardo. *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 2002.